



Sr(a). Conselheiro(a)

Convoco V.S^a. para a **91^a Reunião Plenária Ordinária, que se realizará no**

dia: 27/06/2014 – sexta-feira às 09 horas.

A Reunião será na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA
na Rua do Paraíso, 387 – térreo - Paraíso

PAUTA

Expediente:

1. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia

- I. Apreciação e Deliberação sobre prorrogação contratual dos serviços vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Centro-Oeste no valor de R\$ 898.811,74 (PA nº 2011-0.074.761-0);
- II. Apreciação e Deliberação sobre contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para o Parque Natural do Carmo no valor de R\$ 3.298.070,90 (PA nº 2012-0.205.394-3);
- III. Apreciação e Deliberação sobre contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Anhanguera no valor de R\$ 984.737,24 (PA nº 2011-0.074.757-1);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre prorrogação contratual dos serviços de vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera no valor de R\$ 6.194.613,19 (PA nº 2012-0.328.921-5);
- V. Apreciação e Deliberação sobre prorrogação contratual dos serviços de vigilância patrimonial desarmada para os Parques



-
- do Grupo Leste no valor de R\$ 1.357.922,86 (PA nº 2011-0.074.759-8);
- VI.** Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – Ecoponto Setor G – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-CT no valor de R\$ 233.647,64 (PA nº 2014-0.136.763-8);
- VII.** Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – Ecoponto Inácio Monteiro – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-CT no valor de R\$ 259.216,82 (PA nº 2014-0.136.773-5);
- VIII.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Prainha no valor de R\$ 1.060.352,14 (PA nº 2014-0.085.908-1);
- IX.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Rodeio no valor de R\$ 1.034.281,15 (PA nº 2012-0.189.384-0);
- X.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Zilda Arns no valor de R\$ 976.385,77 (PA nº 2013-0.091.780-2);
- XI.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Shangri-lá no valor de R\$ 852.833,10 (PA nº 2011-0.264.565-2);
- XII.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Shangri-lá no valor de R\$ 1.956.955,66 (PA nº 2013-0.177.428-2);
- XIII.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques que Integram o Grupo Jacques Cousteau no valor de R\$ 879.297,98 (PA nº 2012-0.356.374-0);
- XIV.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques que Integram o Grupo Jacques Cousteau no valor de R\$ 202.393,88 (PA nº 2012-0.172.728-2);



-
- XV.** Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual de serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Herculano no valor de R\$ 871.204,66 (PA nº 2010-0.218.959-0);
 - XVI.** Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual de serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Naturais no valor de R\$ 2.085.924,53 (PA nº 2010-0.247.663-8);
 - XVII.** Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual de serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Anhanguera no valor de R\$ 584.937,24 (PA nº 2010-0.134.888-1);
 - XVIII.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Luz no valor de R\$ 1.276.061,00 (PA nº 2011-0.272.762-4);
 - XIX.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Colina no valor de R\$ 480.070,65 (PA nº 2013-0.091.782-9);
 - XX.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Cordeiro no valor de R\$ 372.674,19 (PA nº 2013-0.091.791-8);
 - XXI.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação de Parques Aclimação no valor de R\$ 2.093.069,48 (PA nº 2012-0.264.791-6);
 - XXII.** Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Vila Prudente no valor de R\$ 668.158,51 (PA nº 2011-0.297.385-4);



Anexos:

- Parecer Técnico - PA nº 2012-0.329.079-5 - vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Orla Guarapiranga
- Parecer Técnico - PA nº 2011-0.074.761-0 - vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Centro-Oeste
- Parecer Técnico - PA nº 2012-0.205.394-3 - vigilância patrimonial desarmada para o Parque Natural do Carmo
- Parecer Técnico - PA nº 2012-0.328.921-5 - vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera
- Parecer Técnico - PA nº 2014-0.136.763-8 Ecoponto Setor G – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-CT
- Parecer Técnico - PA nº 2014-0.136.773-5 - Ecoponto Inácio Monteiro – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-CT;
- Parecer Técnico - PA nº 2014-0.085.908-1 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Prainha
- Parecer Técnico - PA nº 2012-0.189.384-0 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Rodeio
- Parecer Técnico - PA nº 2013-0.091.780-2 - serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Zilda Arns
- Parecer Técnico - PA nº 2011-0.264.565-2 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Shangri-lá
- Parecer Técnico - PA nº 2013-0.177.428-2 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Shangri-lá
- Parecer Técnico - PA nº 2012-0.356.374-0 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Jacques Cousteau
- Parecer Técnico - PA nº 2012-0.172.728-2 - Manejo e Conservação dos Parques que Integram o Grupo Jacques Cousteau
- Parecer Técnico - PA nº 2010-0.218.959-0 - Manejo e Conservação do Grupo de Parques Herculano
- Parecer Técnico - PA nº 2010-0.247.663-8 - Manejo e Conservação do Grupo de Parques Naturais



-
- Parecer Técnico - PA nº 2010-0.134.888-1 - Manejo e Conservação do Grupo de Parques Anhanguera
 - Parecer Técnico - PA nº 2011-0.272.762-4 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Luz
 - Parecer Técnico - PA nº 2013-0.091.782-9 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Colina
 - Parecer Técnico - PA nº 2013-0.091.791-8 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Cordeiro
 - Parecer Técnico - PA nº 2012-0.264.791-6 - Manejo e Conservação de Parques Aclimação
 - Parecer Técnico - PA nº 2011-0.297.385-4 - Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Vila Prudente

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Fundo do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – FEMA



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira Cristina, por gentileza.

Bom dia. Eu não sei se isso entra como inclusão de pauta ou se poderia ser na pauta normal, mas eu queria saber sobre os dinheiros carimbados que estão no Fundo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vai ser feito, como solicitação anterior, uma apresentação pelo Sérgio logo em seguida. Antes da ordem do dia, então eu passo ao Sérgio que vai fazer a apresentação.

Sérgio: Bom dia. Eu passei a planilha da posição do orçamento da dotação 9410, que é do FEMA, e da 2710, que é da secretaria. Aqui demonstra o quanto foi aberto inicialmente o orçamento. Que é na coluna que está "Orçamento Inicial". Aí ele passou para 123 milhões, isso porque houve uma liberação de recurso, fez aumentar para 123 milhões. Desses 123, 33.199.000,00 hoje está congelado. Disponível na dotação os 90 milhões. Desses 90 milhões, nós empenhamos 59 milhões. Desses que estão empenhados, desses 59 milhões, nós já liquidamos 25 milhões. Então quer dizer, realmente trabalhado, medido, já fizemos a liquidação. E falta ainda um pouco para pagar, porque pagamos 24 milhões. Quem paga é a secretaria. Temos um saldo de empenho ainda, que deve ser utilizado para liquidação, de 33 milhões. Temos um saldo de reserva de 31 milhões, que já está reservado para que seja empenhado. Esses 31 milhões deve ser aqueles processos que estão em fase de licitação, que a gente tem que ter a reserva para poder tornar pública a licitação. Vai baixar um pouco, porque depois da licitação, a gente consegue um preço melhor e vai sobrar um pouco dessa reserva. A previsão de consumo durante o exercício de 2014, nos contratos de manejo e vigilância é de R\$ 122.631.232,42. Isso quer dizer, precisamos ainda de R\$ 32.566.000,00. Essa é na 9410. Na dotação da secretaria, a gente utiliza aqui o serviço de manejo e vigilância no elemento 39, essa linha do meio, que abriu com 48 milhões, desses 48 milhões, 26 milhões estão congelados. O disponível é 21 milhões. Reservados, os 21 milhões. Quer dizer, ele está totalmente reservado. Tudo que foi disponível na 2710, que é da secretaria, eles estão reservados. Desses 21 que estão reservados, 19 já estão empenhados. Já liquidamos 9 milhões, desses 19 empenhados. E foi pago 9.105.000,00, pagou um pouco menos, é uma questão de tempo, essa semana já paga tudo. Tem um saldo de empenho de 10 milhões ainda. Esse saldo de empenho é o valor que já está comprometido e que vai ser liquidado. Saldo de reserva, R\$ 2.257.000,00. Esse valor vai ser empenhado ainda. Previsão de consumo... Não, saldo na dotação, hoje, é zero da secretaria. Previsão de consumo R\$ 20.272.256,44. Então temos aqui, ainda, R\$ 1.300.000,00, para poder ser utilizado, que está congelado, mas ainda pode acontecer um descongelamento. Na dotação 9410, que é do FEMA, também está zerado o saldo. Mas tem ali, que pode vir para o saldo da dotação R\$ 33.199.8525,00, que é o que está congelado. A maneira de descongelar do FEMA é diferente da secretaria. O FEMA, a partir do momento que a gente comprove que tem recurso, o Financeiro, aí pode ser descongelado e ir para dotação. Alguma dúvida?

Cons. Sônia: Qual a diferença do descongelamento do FEMA e do descongelamento...

Sérgio: O FEMA, como é uma conta pequena em relação à prefeitura, quando existe o recurso financeiro disponível para podermos utilizar, é feito o descongelamento da conta bancária, sai da conta bancária e entra na dotação. E prefeitura depende de...



Cons. Sônia: Orçamentário da prefeitura.

Sérgio: Oi?

Cons. Sônia: O da prefeitura é orçamentário, o do FEMA é...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por favor, se identifique, Sônia.

Cons. Sônia: Desculpe. Sônia, Morro do Querosene. O da secretaria é orçamentário e do FEMA é dinheiro em caixa.

Sérgio: Na verdade, as duas são orçamentárias a partir do momento que a gente lida com o orçamento na dotação. O financeiro, neste caso do FEMA, é quando a gente tem a conta no banco. Então a gente tem acesso aos extratos, a gente sabe quanto tem. Então na prefeitura a gente não tem esses acessos. A prefeitura quem tem é a Secretaria de Finanças.

Cons. Sônia: Quer dizer que tudo que a gente aprova daqui por diante está dentro do valor congelado.

Sérgio: É, o que está sendo aprovado é dentro desse valor que está congelado. Então quer dizer, se um valor estiver congelado e a gente faz a aprovação, tem o recurso financeiro na conta, a gente solicita o descongelamento para SEMPLA. SEMPLA faz o descongelamento e ele vem para dotação. Mas a gente precisa mostrar que está aprovado no FEMA, para que ocorra o descongelamento.

Cons. Sônia: O que a gente aprovou na reunião anterior, na extraordinária, já está dentro desse quatro aqui, ou ainda não está incluído?

Sérgio: Eu não sei te dizer se está dentro desses 33 milhões que ainda vai ser descongelado. Esse controle eu não tenho.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para informar: os valores aprovados até a reunião passada estão dentro dos 123 milhões, que é o que tem orçamentário. E está considerado esses 30 milhões que estão congelados. À medida que a gente for utilizando esses recursos, necessitando desses recursos, a gente vai solicitando para a Secretaria de Planejamento o descongelamento do recurso. Então, para o que foi aprovado até semana passada, os recursos estão previstos.

Cons. Sônia: Já foram descongelados, você diz?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, não foram descongelados. Mas o recurso está lá, está previsto. É só uma questão burocrática entre a Secretaria do Verde e a Secretaria de Planejamento, para fazer o descongelamento.

Cons. Cristina Antunes: Eu sempre faço a ressalva que eu não entendo nada dessa parte contábil. Então eu vou fazer perguntas, de repente, desnecessárias. Primeiro, já foi feito aquele ajuste contábil, que ficou de ser feito quando a gente pediu a primeira apresentação? Que tinha valores empenhados a maior do que os aprovados.

Secretário Executivo Rubens Borges: Alguns processos já passaram por aqui, foram regularizados. Outros estão sendo analisados pela comissão de avaliação. O que já analisou, na verdade, eram aqueles que estavam na relação da pauta toda. Tem alguns que já é ajuste. Porém, em função do pouco tempo que nós tínhamos, e de uma questão inclusive orçamentária também, possivelmente ficará para a próxima reunião. E a gente está prevendo uma extraordinária para o dia 11. Hoje a gente vai analisar aquela pauta extensa que tínhamos, de 15 itens. A gente vai analisar do item 1 ao 6. E o item 9, que é obra, readequação de parque. Então tem um recurso específico para isso. Daqueles processos que estão sendo levantados se há aquela irregularidade ou não do empenho, possivelmente na próxima reunião eles vão entrar.



Cons. Cristina Antunes: Mas então esse daqui, que está indicado como empenhado, na verdade, inclui esses a maior?

Secretário Executivo Rubens Borges: Inclui esses a maior também. Aqui é valor empenhado total.

Cons. Cristina Antunes: Então, na verdade, a conta no fim não vai ser bem essa. Quer dizer, quando fizer esse ajuste não será exatamente o número que está aqui?

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato.

Cons. Sônia: (fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira Sônia, por gentileza, no microfone.

Secretário Executivo Rubens Borges: É assim, o que o Sérgio passou é todo o valor empenhado. Então ali estão os regulares e aqueles que eventualmente ficaram irregulares. Então saldo orçamentário é uma coisa, saldo empenhado é outra. No empenhado estão todos eles.

Cons. Cristina Antunes: E aqui, nesse item "Reservado", da secretaria, tem lá 21 milhões e tanto, para o quê? Qual o uso previsto para esse recurso?

Sérgio: A previsão, nessa dotação até o final do ano, é de consumir 20 milhões. Nós já estamos aqui com 21 milhões. Já passou a nossa previsão que a gente tinha para consumir aqui.

Cons. Cristina Antunes: Mas seria para consumir o quê?

Sérgio: Oi?

Cons. Cristina Antunes: No quê?

Secretário Executivo Rubens Borges: Quais os serviços ela quer saber.

Sérgio: Agora, lembrando que ali em cima, na 9410, o consumo previsto para manejo e vigilância é de 122 milhões, sendo que nós temos o inicial de 123. Dos 123 que a gente pode disponibilizar, nós temos a intenção de consumir 122, até o final, 2014.

Cons. Cristina Antunes: Agora, nós temos então, da verba da secretaria, que está congelada, nós temos 20 milhões, que é o que estava previsto, sei lá, para o mesmo uso para o qual nós estamos aprovando recursos do FEMA?

Sérgio: Para o mesmo recurso. Para o mesmo serviço, vigilância...

Cons. Cristina Antunes: Quando nos pedem para aprovar projetos, processos com recurso do FEMA, não estão entrando esses recursos da secretaria? Minha questão é sempre assim, eu sempre acho que manejo, isso aqui é obrigação da secretaria, não tinha que tirar recurso do FEMA para isso. Então eu quero entender se esses 20 milhões estão cobrindo alguma coisa que deva cobrir mesmo? Que é obrigação aqui, operação, manutenção e conservação de parques. Está certo? E se, além disso, estamos aprovando, o conselho está aprovando outros dinheiros? Eu quero saber também, quanto desse dinheiro foi usado ao longo do ano, ao longo de todos esses processos que a gente aprovou com dinheiro do FEMA, quanto disso foi, realmente, para o uso de manejo e operação dos parques? Quanto já se gastou? E se tem dinheiro, por que a gente está tendo que aprovar mais dinheiro do Fundo para o mesmo objetivo? Que eu entendo que é obrigação da secretaria.

Sérgio: Na análise que estamos fazendo dá para perceber que tudo que for aprovado, nem tudo vai ser consumido. Inclusive as licitações, os valores estão aprovado para que os serviços começassem em julho, não começaram, por problemas administrativos, pela demora de fazer a licitação. Então, quer dizer, esse mês, um ou dois meses que não vão ser consumidos, será sobra. Então ocorrerá



alguma sobra. Então nós vamos começar, já, a limpar, a tirar essas necessidades de meses que não serão consumidos. Aí, depois, a gente passará para vocês a informação de que no processo tal vai sobrar tanto de recurso. Que pode ser utilizado para outro tipo de serviço.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira Bianca com a palavra. Ela pediu antes, Sônia. Depois eu passo para você.

Cons. Bianca: Só para tentar desconstruir um pouco essa ideia de que o dever de fazer a manutenção deveria ser usado com o dinheiro da secretaria, toda a receita do FEMA é garantida pelo serviço que a secretaria faz de fiscalização. Então o dinheiro do FEMA, assim como o dinheiro da secretaria, ele é um dinheiro público da prefeitura. Na verdade, a gente está aqui para tentar decidir da melhor forma como utilizá-lo. Mas ele é um dinheiro da prefeitura, tanto quanto dinheiro da secretaria. Até porque quem banca o ônus de garantir esse recurso é a própria secretaria. Então, ao meu ver, é um dinheiro que pode ser usado tranquilamente para manutenção de parques, já que ele criou tantos parques, e teve um impacto tão grande nos custeios, que hoje nós temos um grande problema. Só para...

Cons. Sônia: Só voltando um pouquinho. Agradeço a palavra da Bianca, mas eu quero voltar nessa comparação aqui. A gente tem aqui, nessa rubrica "Manutenção", na previsão da secretaria, 48 mil e na previsão de consumo, 20. Quer dizer, a gente tem 28 sobrando na secretaria, 28 milhões. No FEMA, a gente tem um 123 na rubrica e um consumo de 122. Por que a gente não usa esses 28 que estão sobrando na secretaria.

Sérgio: Como eu te falei, o descongelamento da secretaria é diferente do descongelamento do FEMA. No FEMA tem aquela conta bancária, tem aquele recurso disponível para ser consumido no Meio Ambiente. Então a gente sabe o quanto tem e vai ser feito para aquilo. Na dotação da secretaria, aí tem Saúde, Educação, tem outras secretarias pesadas que a gente pede o descongelamento, eles não autorizam. Então eles vão dar prioridade de descongelar para secretarias que têm mais necessidades. Então não é tão simples como o descongelamento do FEMA. Aí que está uma pequena diferença. No fundo descongelamento é igual nas duas dotações. Só que não depende só de uma conta. Depende de um fundo imenso, que é a prefeitura de São Paulo.

Cons. Sônia: Sônia, Morro do Querosene. Eu entendo essa dificuldade. Eu gostaria só de ter a segurança de que está se pedindo esse descongelamento. Porque, em contrapartida, a facilidade de descongelamento do recurso do FEMA... o recurso do FEMA, ele não é um recurso orçamentário, que a gente tem um orçamento da prefeitura, e tem certeza de que o ano que vem a gente vai ter esse mesmo orçamento. A gente está consumindo um dinheiro que está sendo depositado há algum tempo, no Fundo. O ano que vem, a gente não vai ter esse dinheiro no FEMA. Então, essa diferença é fundamental.

Sérgio: Se bem, lembrando que o recurso do FEMA é para o meio ambiente. E está sendo utilizado para o meio ambiente.

Cons. Sônia: Não estou entrando nessa discussão, que foi o que a Bianca falou. Eu estou só ressaltando que o dinheiro do FEMA não é um dinheiro orçamentário. Ele é mais fácil de ser descongelado, porém ele não tem, o ano que vem, o mesmo recurso que a gente tinha em 2013.

Sérgio: Não tem. O consumo, esse ano, está maior. Agora, para a gente pedir o descongelamento na dotação da Secretaria, a gente tem que sacrificar outros



serviços dentro da Secretaria, e liberar esse recurso, oferecendo para que eles descongelem o recurso. Então, alguma coisa, dentro da Secretaria, a gente vai deixar de fazer para oferecer este saldo em dinheiro, para ser congelado este saldo, e descongelar aonde a gente está pedindo. E o nosso recurso, na Secretaria, já é pequeno. A gente já não tem condições de chegar até o final do ano. Muitos cortes vão ter que acontecer. Então a Secretaria, embora tenha uma parte congelada, está difícil de cumprir todas as necessidades da Secretaria.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só antes de passar para a Bianca, eu esqueci de fazer uma apresentação aqui. No lugar do Jairo Galera, que não está mais conosco, a diretora do DAF é a Sandra, que está na ponta da mesa. Sandra (incompreensível) é a nova diretora, também está aí para disponibilizar qualquer pergunta que seja feita. Bianca, com a palavra.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Eu acho que eu entendi a dúvida da Sônia. Eu acho que é assim: o orçado inicial na dotação da Secretaria, que é essa 2710, está 50 milhões. O que aconteceu? A gente tinha uma previsão de SF no final do ano passado, que a gente tinha, como perspectiva, aumento do IPTU, aquelas coisas que vocês já estão meio cansados de saber. Então a gente achou que a gente ia arrecadar mais. E aí, no início do ano, o prefeito congelou 20% de todo orçamento de todas as Secretarias. Por quê? Porque esse dinheiro não ia entrar. Então a gente colocou na lei que a gente poderia gastar 50, só que o dinheiro mesmo, que é o Financeiro... o orçamentário é o que está na lei. O dinheiro é o financeiro. Então, quando arrecadou, não arrecadou tudo isso. Não tem previsão de arrecadar tudo isso por uma série de problemas. Então esses 20% de congelamento que estão na Secretaria, que em algumas dotações são maiores, na verdade, esse dinheiro não existe. Essa que é a verdade. E por que é mais fácil de descongelar no FEMA? Porque, no FEMA, tem o dinheiro. Entendeu? É por causa disso.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, da SAJAP. Obviamente, vocês têm argumentos técnicos para dizer do congelamento. Eu estou sabendo das outras Secretarias que também estão com esse congelamento. Mas a prefeitura está parada. Então para uma prefeitura que nem a nossa, que depende do aumento do IPTU, na verdade, foi um orçamento leviano, porque o IPTU não estava confirmado, está certo? Agora, nós estamos sangrando este Fundo. Se têm 20 milhões que deveriam ser usados aqui, Sérgio, quando você fala que vai ter que fazer uma troca, que eu entendi, você faz uma troca: para descongelar um dinheiro, você tem que dar algum dinheiro. O Jairo já tinha nos avisado disso. Na verdade, nós estamos fazendo uma administração de barganha. Como o Fundo tem dinheiro, que vai acabar, como a Sônia falou, que a gente não tem nenhuma segurança de que vá ter algum dinheiro ano que vem, nós estamos só empurrando com a barriga o problema para o ano que vem. Então eu volto a afirmar que a gente tem que parar de aprovar projeto. Porque a gente não tem o dinheiro de verdade, na Secretaria. A gente não sabe o que vai acontecer no ano que vem. O ano que vem, nem o Fundo vai ter algum dinheiro para coisas que são essenciais na administração pública. Eu sei que o Fundo de Saúde tinha muito dinheiro também. Também já baixou. Então, eu acho que a gente tem que repensar essa forma de distribuir dinheiro, e priorizar questões que realmente vão fazer diferença no ano que vem. Nós estamos jogando a bomba para o ano que vem. Ou como é que vai ser ano que vem, se também não for aprovado o aumento do IPTU? E com os compromissos que foram feitos este ano, até em função da Copa, que a gente está sabendo que têm. Vão empurrar para a frente



também. Como é que a gente vai trabalhar nesta Secretaria, que perpassa todas as outras, quando a gente está aprovando ecoponto que não vai funcionar, está aprovando corredores de ônibus que depois não vai ter o dinheiro para aplicar, mas o dinheiro está saindo do Fundo.

Sérgio: É. A autorização...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A Bianca pediu antes a palavra. Depois...

Cons. Cristina Antunes: Posso fazer só mais uma pergunta?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode.

Cons. Cristina Antunes: Você já falou isso antes, Bianca, que o dinheiro não existe, certo? Como é que SEMPLA está vendo para frente, essa situação? Se o dinheiro não existe agora, essa barganha é para botar algum dinheiro de verdade? Tira um dinheiro do Fundo que é de verdade, e bota na SEMPLA, e a SEMPLA também não libera? Qual é a barganha? Ele falou assim: você tem que pegar o dinheiro, você tem que dar alguma coisa em troca. É isso que eu entendi.

Sérgio: É o caso de anular alguma dotação, para oferecer prazo de congelamento.

Cons. Cristina Antunes: Pois é. Então tira um que é do Fundo que a gente pode mexer, e bota na Secretaria, que não vai soltar mais.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira Bianca.

Cons. Bianca: Só para responder, a gente já esclarecer essa questão. Que assim, se você precisar descongelar dinheiro da Secretaria, dentro do 2710, você precisa oferecer um... O dinheiro é aquele. Tipo, você deu uma mesada para a Secretaria. Você deu cem reais para a Secretaria. A Secretaria já gastou todo o dinheiro do parque. Se ela quiser colocar outro dinheiro no parque, ela vai ter que tirar dinheiro de outro lugar, daqueles cem reais que ela tem, entendeu, para poder... Ela tem que oferecer o dinheiro. Ela vai ter que dar o dinheiro para a Secretaria... Na verdade, a gente não mexe com dinheiro. A gente só mexe nas dotações. Então ela tem que dar o dinheiro para poder ir para outra dotação orçamentária, porque é esse tipo de processo orçamentário que a gente faz. Na verdade, a gente não delibera sobre o dinheiro em si. É isso que a gente faz. Isso é separado do... Isso, para cada unidade orçamentária. Isso funciona para cada unidade orçamentária, tenha o seu orçamento. Então tem o orçamento da Secretaria, tem o orçamento do FEMA, tem o orçamento da DRE Itaquera, tem o orçamento da DRE Penha, entendeu? Então, cada unidade orçamentária tem o seu dinheirinho. E se ele quiser descongelar daquele dinheiro dele, ele tem que fazer isso, entendeu? Só para retornar, em relação ao IPTU, que o IPTU, ele é aumentado tradicionalmente, sei lá há quantos anos... todo ano o IPTU é aumentado. Isso é de praxe. Nenhum governo nunca deixou de aumentar o IPTU. Pelo contrário, o governo Kassab aumentou muito mais do que os governos anteriores. Então assim, não aumentar o IPTU, na verdade, é uma novidade. E foi uma questão eleitoreira, de oposição, enfim, existem outras coisas, porque todos os anos é aumentado, e é aumentado em proporções muito maiores. Então assim, é uma receita que a gente já... todo mundo conta como **provável**. Em relação aos outros Fundos, todo Fundo tem sua receita. E as receitas que entram no ano, elas deveriam ser gastas pela gestão pública. Porque a gestão pública não faz poupança. Não faz o menor sentido a gente guardar dinheiro. A gente tem que gerir o dinheiro. Então assim, todos os Fundos vão ter os seus dinheiros gastos, assim como todo o dinheiro que a prefeitura tem, ela gasta naquele ano. Então assim, não faz o menor sentido guardar dinheiro. Isso não existe na gestão pública.



Cons. Sônia: Sônia, Morro do Querosene. Eu queria primeiro, dizer que eu, pessoalmente, eu acredito nos projetos que estão sendo aprovados, e acho que a gente tem que ter força política para levar adiante e fazer com que eles aconteçam. E eu acho que essa questão da força política é uma coisa muito importante dentro da prefeitura. E eu acho que o fato da gente estar aqui, é importante também, como sociedade civil para que realmente, a gente tenha, no Verde, esse poder político para levar adiante, as políticas mais essenciais. Apesar das dificuldades, que sempre vão ter. Eu nunca vi, no Brasil, ainda, uma situação de folga orçamentária. Acredito também que os Fundos são para ser gastos, mas eu acredito em uma política de mais médio e longo prazo, pensando em um fundo como o Fundo do Meio Ambiente, então eu acho que eles terem sido gastos, porque foram gastos, a gente está vendo que foi gasto, nessa rubrica de manutenção que a gente acredita que é uma rubrica que deveria fazer parte do orçamento da Secretaria, foi uma situação de emergência, e eu acho que ela não pode se perpetuar. Eu acho que é isso que a gente tem que ter como objetivo nesse Conselho. Que a gente está aqui no Conselho do FEMA. Então, nesse sentido, eu sugiro que a gente consiga fazer, além da discussão do orçamento do ano de 2015, que a gente consiga fazer uma discussão interna, no Conselho, de política de gestão do Fundo. Para que isso aconteça, a gente precisa, além dessa transparência que a gente está vendo que existe um esforço e que eu agradeço, também verificar quais são as possibilidades de entrada e eu pediria, nesse sentido, que outras rubricas... porque pelo que eu entendi aqui, esses 123 milhões ele estava... que o orçamento inicial era 60 milhões, ele estava na rubrica de manutenção e conservação, é isso?

Sérgio: Isso.

Cons. Sônia: Existem outras rubricas dentro do orçamento inicial e do orçamento atualizado do FEMA. Então eu pediria que, se possível, a gente pudesse ter acesso a isso, como também acesso ao dinheiro carimbado que a gente fala, que é regional. Que é uma coisa que é muito importante, e que a gente não tem tido acesso absolutamente nenhum, e que a gente tem visto nas batalhas da sociedade civil, que é o nosso lado, em muitas regiões, questões muito importantes sendo levantadas, e que a gente considera que existe um dinheiro disponível para essas regiões, e a gente não tem acesso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Bianca, pelo que você está falando, se eu retenho uma mesada de cem, eu vou receber 90. Eu tenho que dar alguma coisa em troca. É uma taxaço na minha mesada, uma taxaço no dinheiro do Fundo. Então é uma faca no peito que a SEMPLA coloca... mas é dinheiro do Fundo. Eu estou falando dinheiro do Fundo. Se não arrecadou, isso daqui é um problema de gestão. E aí, eu volto a insistir. Qualquer dona de casa sabe que se não dá para comprar filé mignon vai comprar frango. Então tem que ter uma lógica de uso do pouco dinheiro. Administrar fatura é fácil. Qualquer um faz. Administrar escassez é que são elas. Então para mim, agora, está muito claro que a gente é taxada, a hora que o Fundo pede um dinheiro e consegue que seja descongelado, para conseguir que seja descongelado, tem que deixar um troco para a Secretaria, que não vai soltar esse dinheiro se, da próxima vez que a gente pedir, não der mais o troco. Não der de novo, um troco. Então nós estamos transferindo para o orçamento, dinheiro do Fundo. Ou a minha leitura está errada? A gente está doando, está sendo taxado, tendo que... é como um desconto na fonte. Se eu peço cem, eu dou dez. Na próxima vez que eu for pedir



cem, eu dou mais dez. Então os nossos 200 viraram 180. E isso é dinheiro do Fundo, que a gente está transferindo para o orçamento. E ao entrar no orçamento, fica congelado. Porque a gente não vai poder pegar esses 10 sem pagar a taxa de transferência de caixa. Então, outra vez, eu insisto na questão da autonomia do Fundo. Isso daqui é um problema à parte, eu não sei como é que vai ser o dia que o IPTU for aprovado. Mas eu entendo que nós estamos, sim, sangrando este Fundo. Não é só pelo uso em objetivos que eu entendo que têm que ser do orçamento. Nós estamos sangrando também porque, para receber o dinheiro que é legitimamente do Fundo, a gente tem que dar dinheiro para o caixa da prefeitura. Se você tem que dar... Se você pede cem, vai receber 90, você está dando dinheiro para a prefeitura.

Sérgio: Não. Todo órgão, ele tem uma parte que é congelada no início do ano. E começa o ano, para você administrar todo o órgão, tem 20% congelado. Para você ver como é que vai o andar da carruagem durante o ano. Para ver se existe necessidade de congelar mais, ou se poderá ser descongelado, sem que tenha oferecimento... Esse oferecimento é normal. Acontece que na dotação da Secretaria, para a gente descongelar um valor, a gente tem que congelar outro valor. E no FEMA, é diferente. Mas quer dizer, a gente deixa de gastar da Secretaria, para gastar do FEMA. Esse seria o teu ponto de vista. A gente gasta no FEMA. É um recurso que está previsto, está no orçamento do FEMA, e está sendo submetido para apreciação, para ver se é possível acontecer a liberação.

Cons. Cristina Antunes: Eu entendi o procedimento. O que está congelado são 33 mil. Nós nunca vamos receber 33 mil. É isso?

Sérgio: Não. Eu tenho aqui a dotação da 9410...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Deixa só SEMPLA responder. Mas antes, a Conselheira Sônia, quando disse que não tem acesso, apesar de ter dito da transparência do FEMA, e as solicitações todas feitas pelos senhores, senhoras conselheiras, têm sido atendidas, têm sido colocadas à disposição de imediato. Se a população não tem, os senhores conselheiros e conselheiras, a hora que quiserem, estão abertas as portas. Não só do FEMA, como do DAF para acesso, porque vocês têm direito a isso. E as informações são todas colocadas no site. Por gentileza, Bianca. Elas são todas públicas, as informações. Bianca.

Cons. Bianca: Acho que não consegui ser clara. É assim: faz de conta que existem dois irmãos. Um irmão é o FEMA, o outro irmão é a Secretaria. Um irmão não precisa gastar dinheiro com nada. Então ele tem o dinheiro do ano passado, os cem reais dele estão lá, intactos. O outro irmão tem uma série de demandas, ele tem que ir para a escola, ele tem que gastar dinheiro com um monte de coisas. Então ele recebe... Um irmão tem cem reais do ano passado, e o outro irmão, ganha cem reais. Ele vai ter que gastar esses cem reais. Então na verdade, quando o pai vai lá e dá cem reais, o salário do pai não dá para dar cem reais. Então ele vai lá e dá 80 para esse filho. Aí, desses 80, ele gasta 20 com alguma coisa, 10 com outra, e 50 com outra. Só para a gente tentar deixar um pouco claro, desses 80, 20 é pessoal... Vamos colocar em um exemplo mais prático. Esses valores são aleatórios. 20 é pessoal, 10 é reforma de parque, 50 é manutenção. Você acabou com os 50 reais que você tinha de manutenção, se você precisar de mais dinheiro para a manutenção, você vai ter que tirar de algum lugar. Entendeu? É isso. Mas isso só vale para esse filho. Para o outro, o outro tem cem reais porque ele não gasta. Entendeu? Então um tem os cem reais financeiramente. O outro, ele tem aqueles 80, que essa que é a verdade. De todo o dinheiro que deram, 20% está congelado.



Não existe. Ele não tem. E ele tem que remanejar aqueles 80 entre aquelas despesas. Então o dinheiro do FEMA não vai para a Secretaria, entendeu?

Cons. Cristina Antunes: É. O dinheiro do FEMA não vai para a Secretaria. Cristina, SAJAP. É tudo uma questão de semântica, Bianca. O dinheiro do FEMA não vai para a Secretaria, mas vai. Porque na hora que eu peço, ela me tira um tanto do que eu pedi. Mas tudo bem. Eu acho que está posta essa leitura. A gente tem leituras diferentes. Eu não concordo com a Sônia em que a gente tenha que cobrir essas emergências com dinheiro do FEMA, porque cria-se esse hábito. Nós estamos, há um ano, tirando dinheiro do FEMA, para cobrir obrigações do orçamento. Então até quando nós vamos fazer isso? Certo? Até quando a gente vai precisar? E mais, outras Secretarias têm vindo aqui pedir dinheiro do Fundo. Do nosso Fundo. Quando as outras Secretarias também têm Fundo. Por quê que é o Fundo do Meio Ambiente que tem que ser usado? Então essa questão está posta, reiterada. Acho que já está até chato ficar falando nisso toda vez. Mas o que a Sônia colocou agora, é assim: até quando? Quando é que nós vamos parar de usar dinheiro do Fundo para cobrir buraco de orçamento? E mais, essa pressão política, essa discussão política que está posta, eu vejo de outro jeito. Acho que fazer uso político do dinheiro do Fundo, de qualquer dinheiro, certo, é legítimo, desde que você esteja cumprindo sua obrigação básica. Eu acho que uma maneira de forçar a mudança desse sistema e justamente a gente parar de aprovar. Porque aí, vai ter um desgaste político, algum Secretário vai ter que botar a cara na televisão, e dizer: ah, verdade. Eu não estou dando dinheiro para ninguém. Está certo? E isto é um prejuízo político que é uma arma que a gente tem para forçar a administração pública a mudar. A repensar o procedimento que está usando. Então eu acho que a gente tem, sim, que usar... eu sou muito repetitiva nisso, uma hora que não tem mais dinheiro para parque, fecha o parque. Porque isto vai mostrar para todo mundo que a administração pública não está cuidando de distribuir os dinheiros do jeito que deveria. Porque a gente está sangrando um Fundo público. Quando você diz que é dinheiro do governo, é mais ou menos. É um Fundo público. Não é dinheiro de imposto que foi parar lá. A gente paga imposto, que é a mesada do governo. O Fundo vem de outras fontes. Vem de fontes que são previstas para alimentar projetos. Para alimentar outras ações que não aquelas previstas no orçamento.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, sem nem mais uma colocação, vamos passar à ordem do dia. Secretário Executivo, por gentileza.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Rubens, Secretário Executivo do CONFEMA. Inicialmente queria fazer aqui, um esclarecimento. A pauta que foi passada para os Conselheiros, ela possui 15 itens para serem discutidos hoje. A pauta tinha 15 itens, mas por conta dessa discussão de recursos de algumas tratativas que a nossa chefe de gabinete tem tido com a Secretaria de Planejamento, então a gente reduziu a pauta, colocando para discussão nesse Conselho, só aqueles contratos que estão em vias de vencerem, ou que existam recursos disponíveis para eles. Antes da gente começar, eu costumo fazer uma retrospectiva de tudo que já passou por esse Conselho, foi aprovado, e o que a gente está discutindo hoje. Então eu tenho aqui um quadrinho que eu coloquei na tela, que tem... Eu coloquei como objeto 1 e valor do objeto 1. Seria, para manejo e conservação de parques, de todas as reuniões, desde 13/2 até 27/6, que é a de hoje, a gente tem um total discutido nesse Conselho, de R\$ 37.718.000,00, aproximadamente. O objeto 2, que é de vigilância, já foi submetido a esse Conselho



também, incluindo os processos de hoje, R\$ 86.413.000,00. Objeto 3 são os Ecopontos, que a gente têm R\$ 3.155.000,00, inclusive os de hoje, que serão discutidos, e do objeto 4, que é a pavimentação da via Maria Trindade, que é no Parque Anhanguera, que foi na primeira reunião, R\$ 2.109.000,00. Então, até hoje, no total de valores, foi aprovado neste Fundo, R\$ 129 milhões, aproximadamente. Bom, se nós somarmos o objeto 1 e o 2, que é manejo e conservação de parques mais vigilância e conservação, nós vamos ter um total, incluindo os de hoje, que estão sendo discutidos hoje, um total de R\$ 124 milhões. Porém, a gente só tem R\$ 123 milhões como o Sérgio colocou aqui, inicialmente. O que foi feito? Já estamos em débito aqui, de aproximadamente R\$ 800 mil reais. O que foi feito? Ontem à tarde, até em uma discussão com DAF, todos esses dias a gente vem discutindo, mas ontem a gente fechou que aqueles valores que foram aprovados aqui no CONFEMA, em março, para licitações novas, porém, essas licitações não ocorreram, e não ocorreram por problema burocrático. É o lançamento do edital, são os prazos que têm que ser cumpridos, e tal. Então a gente tem uma sobra de recursos de março a junho, desses valores, que segundo o levantamento feito por DAF, está em torno de R\$ 11 milhões. Então a gente teria aí um recurso de R\$ 11 milhões, que com certeza, não serão usados nesse exercício. Então, o que a gente está fazendo? Esse excedente, esses R\$ 800 mil aqui, inicialmente, que a gente estaria... não teria valor para isso, na conta do FEMA, a gente vai utilizar, cancelando parte daqueles valores que já foram aprovados, para suprir essas necessidades. Deu para entender? Não?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Desculpa, Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu explico melhor, se for o caso.

Cons. Cristina Antunes: Quer dizer que a gente aprovou, por exemplo, manejo e qualquer coisa, de um parque qualquer, para contratos novos. O argumento sempre foi: se a gente não tivesse aprovado, quando chegar na hora de ter que renovar esse contrato, a gente não vai ter o dinheiro. É isso? Então nós não vamos ter?

Secretário Executivo Rubens Borges: É assim: para os contratos novos, quando eu abro uma licitação, eu tenho que ter um recurso reservado. Esse recurso foi previsto do mês que nós aprovamos, alguns em março, outros em abril, até dezembro. Então para abrir a licitação, eu tinha que ter esse recurso reservado. A licitação não aconteceu. Então hoje, o recurso que eu tenho que ter reservado, é de junho a dezembro. De julho. Porque junho já acabou, praticamente. De julho a dezembro. Então eu tenho uma sobra aqui, de 3 meses, que o dinheiro não foi utilizado, que eu posso utilizar para um outro fim. Então, esses processos que estão sendo submetidos, desses 15 processos, estariam dentro dessa sobra de R\$ 11 milhões que DAF levantou.

Cons. Cristina Antunes: E você tem a relação de quais são esses processos que nós aprovamos, e que não vão ser executados?

Secretário Executivo Rubens Borges: DAF fez esse levantamento. Não sei se... Acho que não trouxe quais são os processos. Mas no total, dá R\$ 11.204.393,00.

Cons. Cristina Antunes: E aqueles então, que naquele momento que a gente aprovou eram prioritários, porque tinham urgência, porque precisavam renovar o contrato, não sei o quê, como é que ficam?

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Não é renovação. É novo contrato.

Cons. Cristina Antunes: Tudo bem. (incompreensível) contratos novos.



Secretário Executivo Rubens Borges: Então, o que aconteceu? Não é que tinha urgência para aquele dia. A gente tinha urgência de aprovar o valor, para poder lançar o edital. Só que o edital tem os prazos a serem cumpridos. Só que eu não posso lançar o edital sem a reserva de recursos. Então hoje, a situação é outra. Porque o tempo já passou, e com certeza, eu sei que eu não vou usar o dinheiro do mês de abril, maio e junho. Eu tenho essa sobra. Se a licitação aconteceu hoje, de hoje até 31/12, a gente tem que ter esse recurso. Então esse dinheiro dos meses que já passaram, que a licitação está em andamento, e pode até ser que tenha outras sobras daqui para frente, mas eu não posso contar com isso, então o que já passou, eu tenho disponível, o que não passou ainda, eu tenho que manter reservado. Então, do que se tem disponível, que são esses R\$ 11 milhões, é o que a gente pretende colocar em votação na próxima reunião. Então hoje, a gente só vai discutir aqueles valores que eu realmente sei que tem recurso disponível para isso. E para a próxima reunião, a gente vai fazer esse levantamento todo de valores, dos R\$ 11 milhões e mais alguma coisa que eventualmente seja levantado, e aí a gente submete os outros processos, que é o do item 7 da pauta, em diante.

Cons. Cristina Antunes: E outra vez, esses que vão deixar de ser atendidos, vão ser transferidos para o ano que vem? A gente vai ter que fazer nova aprovação para esses que você não conseguiu fazer a licitação, portanto vai usar o dinheiro para esses novos processos?

Secretário Executivo Rubens Borges: O valor que foi aprovado pelo CONFEMA, é o valor de um ano de contrato. O que vai acontecer? Isso vai ser empurrado para frente. Se a licitação não aconteceu em março ou abril, isso vai ser empurrado para frente. Então vai comprometer um pouco mais do orçamento do ano que vem. O que nós não gastamos este ano, vai comprometer o orçamento de 2015. Dois ou três meses, dependendo do andar da licitação. Então esses valores, eles vão ter que voltar em 2015, que eu vou onerar o orçamento de 2015. Aí eu vou ter que provar aquela diferença.

Cons. Cristina Antunes: Sim. Você vai ter que arranjar dinheiro para isso. Porque o dinheiro que tinha a gente vai empenhar para outros projetos, agora.

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato. Então agora, quando a gente estiver elaborando o orçamento, que já começaram as discussões do orçamento para 2015, esses recursos dos contratos que vão onerar o orçamento de 2015, vão ter que estar incluídos no orçamento, preferencialmente, da Secretaria. Mas como o recurso também é do FEMA, e já vai comprometer o orçamento do FEMA, ele tem que ser previsto. Ele vai ter que estar contado lá no orçamento.

Cons. Cristina Antunes: Então você está falando em R\$ 11 milhões, é isso, a diferença?

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Porque DAF apurou como saldo, débito...

Cons. Cristina Antunes: Agora, esse dinheiro está congelado?

Secretário Executivo Rubens Borges: Esse dinheiro, parte dele, está congelado.

Cons. Cristina Antunes: Então, quando vier, não são R\$ 11 milhões? Tem que deixar o troco para SEMPLA?

Secretário Executivo Rubens Borges: Sim. Mas aí, negociação da Secretaria do Verde com a Secretaria de Planejamento para fazer o descongelamento.

Cons. Cristina Antunes: A negociação implica deixar algum dinheiro na SEMPLA?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, não. Negociação implica em solicitar o descongelamento. No caso da Secretaria, é aquilo que a Bianca estava explicando.



Para você descongelar um recurso, você tem que oferecer de algum outro lugar. No caso do FEMA, o dinheiro está, efetivamente, na conta. Então quando a gente solicita o descongelamento, eu tenho dinheiro lá. Eu não preciso oferecer de outro lugar. O dinheiro está lá, depositado. Então no caso do FEMA, o tratamento é um pouco diferente. Porque uma coisa é o orçamento da Secretaria, outra coisa é o do FEMA. O do FEMA eu tenho saldo. O saldo, hoje, vocês receberam aí uma planilha da Laressa, está em torno de R\$ 215 milhões. Eu tenho orçamentário, previsto para esse ano, 174 de despesas. Mas eu tenho 215 de saldo. Então quando eu peço um descongelamento, eu sei que eu tenho aquele saldo lá.

Cons. Cristina Antunes: E é desse saldo que você vai fazer a negociação?

Secretário Executivo Rubens Borges: É desse saldo que se faz o descongelamento.

Cons. Cristina Antunes: Esse saldo é do FEMA?

Secretário Executivo Rubens Borges: O descongelamento do FEMA, embora o processo administrativo seja o mesmo, mas você tem uma garantia maior de descongelar esse recurso, do que o da Secretaria, quando você tem que oferecer de algum outro lugar.

Cons. Cristina Antunes: Você vai diminuir o saldo que você tem lá, guardado?

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato. Está bom? Bom, então está aqui um panorama do que nós temos aprovado até hoje. E aí, os outros itens da pauta ficarão para a próxima reunião. Então eu vou passar para o Cláudio a ordem do dia. O Cláudio vai entrando com os processos e a leitura dos relatórios. E aí, a gente já vai para a votação, lembrando que nós vamos discutir do item 1 ao 6, e excepcionalmente, o item 9, e embora tenha saído prestação de serviço de manejo e conservação, o relatório é de readequação de parques. Então acho que na pauta, quando foi transcrito, foi transcrito com objeto errado, mas no relatório está correto.

Cláudio: Então a ordem do dia vai ser apreciação e deliberação sobre a prorrogação contratual dos serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques do Grupo Centro-Oeste no valor de R\$ 898.811,74. O PA é 2011.0.074.761-0. A prorrogação é por dois meses, a partir de 2/7/2014. A leitura do parecer técnico: a proposta. A prorrogação contratual de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do Grupo Centro-Oeste. O processo é 2011.0.074.761-0. Proponente, SVMA-DEPAVE. O valor total é de R\$ 898.811,74, sendo R\$ 796.254,18 para a prorrogação contratual e R\$ 102.557,54 para o reajuste do período. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação por dois meses do contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o grupo de parques Centro-Oeste, composto pelos Parques Aclimação, Independência, Parque Tenente Siqueira Campos, Trianon, Parque Buenos Aires, Parque Luiz Carlos Prestes, Parque CEMUCAM, Parque Previdência, Parque Raposo Tavares e Parque Colina de São Francisco, e o Parque Leopoldina Villas Boas, registrado sob o contrato 040/SVMA/2011. Em folhas 1.660 foi juntada a solicitação de DAF para a utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o custeio do contrato, bem como as suas prorrogações. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, e que não se verificam, em tese, óbice jurídica à utilização dos recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos, integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta de solicitação de DAF para utilização



dos recursos do FEMA para custear a renovação contratual de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do grupo Centro-Oeste no montante de R\$ 898.811,74, sendo R\$ 796.254,18 para a prorrogação contratual e R\$ 102.557,54 para o reajuste do período. Em folhas 1652, foi encartada a aceitação da prorrogação contratual por parte da empresa, onde a empresa expressa concordância pela renovação, pelo período de dois meses. Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, a PGM, foi apresentada a proposta de utilização dos recursos na dotação de despesas correntes para cobertura do presente contrato nos meses de novembro e dezembro. Mas a presente despesas correntes para cobertura do presente contrato para renovação de dois meses. O enquadramento nas diretrizes e objetivos e princípio da política nacional do meio ambiente do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, e na legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos, estabelecida pelo CADES. Em folhas 1495 a 1499, consta o relatório com a manifestação da Procuradoria Geral do Município, PGM, favorável à utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, FEMA, para contratação de serviços de segurança, vigilância desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, SVMA, que determina explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destina-se, precipuamente, a apoiar, entre outros, controle, a fiscalização e a defesa do meio ambiente. Ainda preconiza o parecer do próprio CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14887/2009, e nos artigos 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153, de 28/2/2011, estabeleceu entre as diretrizes para utilização do recurso do FEMA, por meio da resolução 165/CADES/2004. Proteção à biodiversidade, fauna e flora, áreas verdes, parques urbanos, lineares e naturais. O fortalecimento do sistema de fiscalização de controle da Secretaria e da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 898.811,74, sendo R\$ 796.254,18 para a prorrogação contratual e R\$ 102.557,54 para o reajuste do período. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesa corrente em linha com as recomendações propostas pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para o prosseguimento da proposta. Assina o relatório, a Comissão de Avaliação Técnica. Alguma dúvida? Podemos colocar em votação? Sônia.

Cons. Sônia: Aqui está citado uma resolução 165/CADES/2014. Para mim, isso é novidade.

Cláudio: Não. Todos os relatórios, eles têm essa resolução. Essa resolução é aonde são colocadas as diretrizes, onde será utilizado o dinheiro do FEMA. Então ele é aprovado lá. Então tem... E ele vai dentro do enquadramento. A proteção à biodiversidade... Então são vários itens aonde vão poder ser utilizados os recursos



do FEMA. Então ele é aprovado no CADES anteriormente, e lá dentro vai ter as diretrizes. Então o Ecoponto, um exemplo, ele está dentro das diretrizes. Se não estiver dentro da diretriz, ele não pode entrar em votação pela resolução. Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Só comentando essa dúvida da Sônia, eu estou no CADES. A gente aprovou isso no CADES. Agora, eu chamo a atenção para a abrangência desses dois itens. Cabe tudo o que você quiser por aí. Cabe. Certo? Então por exemplo, proteção à biodiversidade, áreas verdes, parques urbanos, proteção é o quê? É a segurança armada? É a proteção à biodiversidade? É segurança armada? Fortalecimento do sistema de fiscalização? É vigilância armada? Controle da SVMA e SMSU? Eu entendo que esse sistema de fiscalização não precisa, necessariamente, ser vigilância armada. Eu entendo que fiscalização pode ser algum setor dentro da Secretaria, que vai fazer fiscalização, se os projetos estão sendo aprovados. Eu creio que são aprovados. São fiscalizados. Então tem o entendimento absolutamente generoso, dentro desses dois itens, porque como estrutura do item, foi feito para caber qualquer coisa. E isso está sendo contestado também, desde o começo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para esclarecer, Cristina, quando foi feita a discussão no CADES, a respeito das diretrizes, foi discutida essa abrangência. E eu lembro que fui eu que fiz a apresentação da proposta de resolução, quando se discutiu proteção à biodiversidade, fauna e flora, a resolução anterior se limitava a isso. Fauna e flora. O Conselho entendeu, na ocasião, que deveria se incluir áreas verdes, parques urbanos, lineares e naturais. Por quê? A proteção a um parque urbano envolve também a fiscalização, a vigilância. E não só a proteção do patrimônio natural. Mas a proteção do patrimônio público. Segurança, para que não tenha tráfico de drogas, e uma série de coisas que a gente sabe que aconteciam dentro dos parques. Então quando a gente coloca, enquadra um serviço de vigilância dentro de proteção à biodiversidade, e dentro dele estão lá os parques urbanos, lineares e naturais, a vigilância cabe aí dentro. E o fortalecimento do sistema de fiscalização, existem diversos tipos de fiscalização. A segurança, o serviço de vigilância de um parque urbano, ele também ajuda na fiscalização do que ocorre dentro do patrimônio público. Então por isso que houve esse enquadramento. Isso é discutido na comissão de avaliação que faz esse relatório. Então quando a comissão faz esse relatório, ela verifica se está enquadrado. Então você pode ver que o enquadramento de serviço de manejo é outro. É conservação e manutenção de parques, e tal. Esse aqui é proteção à biodiversidade e fortalecimento do sistema de fiscalização. Então nós temos que enquadrar o tipo de contrato, dentro de cada diretriz do CADES. Porque se eu enquadrar isso aqui em uma diretriz diferente, a Secretaria pode estar sendo questionada de estar utilizando recursos de vigilância para fazer manutenção, e assim por diante. Então, esse enquadramento está dentro das diretrizes. A abrangência, realmente, ela é bastante ampla, porque não está especificado para serviço de vigilância. Mas também, nós não temos como prever, no início do ano, tudo o que vai acontecer. Então ela é abrangente, exatamente para que a gente possa ter essa flexibilidade, de submeter os processos ao CONFEMA. Senão a gente fica engessado.

Cláudio: Podemos colocar em votação? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação, permaneçam como estão. Então nós temos quatro votos a favor e um contra.



Cons. Cristina Antunes: Eu posso fazer uma pergunta, só esclarecimento, Luis? Logo que começamos essa série de aprovações, eu li os primeiros processos, e o Departamento Jurídico dessa Secretaria foi contrária ao uso dos recursos para aquele fim que a gente está aprovando sempre. Depois disso, a Secretaria recorreu à Procuradoria. Aqui, agora, nos processos, nem se menciona mais o jurídico. O jurídico da Secretaria não é mais consultado em nenhum desses processos? Quer dizer, assumiu-se que a PGM autorizou, então o jurídico da Secretaria não tem mais manifestação sobre esses processos?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eles passam todos pela Secretaria, pelo jurídico. Só que o jurídico entendeu que o órgão maior do que eles, que deu o parecer, e prevalece o parecer superior.

Cons. Cristina Antunes: Eu gostaria de pedir, porque isso daqui, a gente está prevendo possibilidades no futuro, duas coisas: que conste, em cada apresentação, isso. Que o jurídico, originalmente, foi contrário, mas que entende que o órgão superior aprovou. E eu queria, Rubens, pedir votação nominal. Eu sei que tem a gravação, então ninguém, mais adiante, vai achar que eu votei a favor. Mas eu pediria que fosse nominal, porque isso daqui pode dar um problema mais para frente. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só... a decisão não pode ser unilateral. Então eu consulto o restante do Conselho com relação à votação nominal. Se há necessidade de cada um expressar o seu voto, nominalmente. E aí, eu sugiro que cada um fale sou a favor ou contra, para ficar gravado. Ou se a gente cita só o conselheiro que se manifestar contra. Fica a critério do Conselho. Fica assim, então?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Senhores Conselheiros...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, se não houver objeção...

Cons. Sônia: Eu entendi que nas votações anteriores foram... Posso ter entendido errado. Mas pelo menos, o meu voto sempre foi nominal. Eu sempre declarei o voto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: É o que ele está propondo agora.

Secretário Executivo Rubens Borges: Você declara o voto quando você se abstém, por exemplo, e a partir do momento que você se abstém, a gente cita que tem tantos votos a favor, tantos contra e tantas abstenções. O que a Cristina está solicitando é que sejam, por exemplo, são tantos votos a favor, e um voto, da conselheira tal, é contrário. Aí, só para citar. E aí, se tiver abstenção, aí a gente cita também o conselheiro que se absteve da votação. Tudo bem?

Cons. Elgis: Elgis Cristofaro, pela Secretaria do Verde, Departamento de Educação Ambiental, UMAPAZ. Rubens, eu sugiro o seguinte: quando a gente começar a série de votações, nomina os Conselheiros presentes que estarão votando. Só isso. Que é para satisfazer o pedido. Acho razoável, da Cristina. E a partir de então, só nominar o conselheiro ou a conselheira que votar contra ou se abster.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ok.

Cons. Elgis: Pode ser?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Todos os Conselheiros estão de acordo? Prossiga.

Cláudio: Item 2 da pauta, apreciação e deliberação sobre a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada (falha no áudio). Valor: R\$ 3.298.070,90. Processo 2012.0.205.394-3. Solicitação de recurso para abertura de processo licitatório, visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada



para o Parque Natural do Carmo. Processo 2012.0.205.394-3. Proponente - SVMA/DEPAVE. Valor total - R\$ 3.298.070,90. Análise da proposta: trata a presente solicitação de recursos do FEMA para abertura do processo licitatório visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para o Parque Natural do Carmo, conforme especificações técnicas de folhas 1245 a 1278. Em folhas 1310 foi juntada a solicitação de DAF G para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização dos recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se de manifestação de DAF G, com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 3.298.070,90, para contratação do serviço pelo período de 12 meses. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, PGM, que segue juntada sob folhas 1228 a 1240, foi apresentada a proposta de utilização dos recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Eu vou pular o enquadramento que é igual ao outro lá e vou direto para a conclusão. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro na manifestação ponderada pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 3.298.070,90, respeitada a utilização da dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. A CAV identificou uma nota de reserva, no valor de R\$ 2.191.833,45 na dotação 2710. A CAV recomenda que, na aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento de SVMA. Sendo assim, a CAV não identifica óbice no prosseguimento da proposta em referência. Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. Eu não entendi o que é isso que identifica nota de reserva, um valor, e me chama a atenção, com grande satisfação, que a CAV recomenda que isso seja, no ano que vem, no orçamento. Então eu quero saber qual é o critério que a CAV usou para fazer essa recomendação, e o que quer dizer essa nota de reserva?

Cláudio: Então a nota de reserva, o que acontece? Existem as duas dotações. Esse processo, ele estava correndo pela 2710, que é a dotação da Secretaria. Então a Secretaria tentou fazer essa contratação, ela percorreu um período... essa contratação com dinheiro da Secretaria. No orçamento da Secretaria. Então após análise do processo, foi visto que existe uma reserva nesse valor, de R\$ 2.191.833,45, na dotação 2710. Então ele está apontando que tem essa reserva lá. E na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, esse aqui a gente já tinha a previsão que já estaria entrando para 2015. Então eles, na hora da análise lá, fizeram colocar que seria preferencialmente, essa contratação, ela teria que onerar ao orçamento da Secretaria. Por isso que está colocado aqui que a CAV recomenda que, na aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, pelo orçamento de SVMA.



Cons. Cristina Antunes: Então outra vez, isso daqui não sai do orçamento porque a verba está congelada. Deveria sair do orçamento.

Cláudio: Exatamente.

Cons. Cristina Antunes: Então vai sair do Fundo. Eu tenho mais uma dúvida, mas eu deixo para a próxima. Obrigada.

Cláudio: Podemos colocar em votação? Então está em votação. Os conselheiros que concordam, permaneçam como estão. O voto contrário...

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes. Posso falar a dúvida que eu tinha? Aqui, isso daqui... a data desse processo é 2012.

Cláudio: Sim.

Cons. Cristina Antunes: E é contratação? Não é renovação? Então não é continuação. Por que tanto tempo para chegar aqui? 2012?

Guilherme: Guilherme do DEPAVE G, substituto do diretor Carlos. O Parque Natural do Carmo, ele vai ser implantada a vigilância patrimonial desde quando foi proposto o Parque. O Departamento, ele entra em reuniões e uma série de etapas que **fulcram** na inauguração do Parque. Fazem com que a vigilância seja lá instaurada. Esse processo, ele é... no momento que a gente fala no Parque Natural do Carmo haverá vigilância desarmada, pois ele necessita, por diversos fatores, invasões etc. No momento que isso é decidido, abre-se o processo. Não necessariamente ele vai ser aberto na hora que ele vai ser licitado. A gente pode abrir o processo, e segurar esse número aberto até o momento que o DEPAVE achar necessário a contratação. Então se haverá obras para implantação de infraestrutura no parque, e o DEPAVE achar necessário que a vigilância só será necessária quando essa obra estiver pronta, a gente só desencadeia a contratação nesse (incompreensível).

Cons. Cristina Antunes: Mas o Parque está funcionando sem vigilância?

Guilherme: O Parque Natural do Carmo, sim. Ele não tem...

Cons. Cristina Antunes: Não tem vigilância?

Guilherme: Ele não tem vigilância.

Cons. Cristina Antunes: Então vigilância não é um quesito obrigatório para abrir um parque?

Guilherme: Obrigatório, não. Ele é importante para as invasões e a não-depredação do patrimônio público ambiental. Isso sim. Mas ela não é essencial para... Ela não é obrigatória para a abertura do parque.

Cons. Cristina Antunes: Obrigada.

Cláudio: Terceiro item da pauta, apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques do Grupo Anhanguera. Valor de R\$ 984.734,24. O PA é 2011.0.074.757-1. Proponente é SVMA-DEPAVE. Valor: R\$ 984.734,24. Sendo R\$ 77.312,57 referentes ao reajuste, e R\$ 907.424,67 para a prorrogação contratual, pelo período de três meses. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação de contratos de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais do grupo Anhanguera, registrado sob o número 044/SVMA/2011 por mais três meses, a contar de 1/7/2014. Em folhas 3142 foi juntada a solicitação de DAF para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o custeio do contrato. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de folhas 2983 a 2995, que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes



do município. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se de DAF G, com relação à necessidade do custeio para contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais do Grupo Anhanguera. Assim, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes, para cobertura da prorrogação contratual para o período de três meses, no montante de R\$ 984.737,24, sendo R\$ 77.312,57 referente ao reajuste, e R\$ 907.424,67 para a prorrogação contratual. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 984.737,24, sendo R\$ 77.312,57 referente ao reajuste, e R\$ 907.424,67 para a prorrogação contratual pelo período de três meses, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Vamos colocar em votação? Os conselheiros favoráveis permaneçam como estão. Temos um voto contrário, é a Conselheira Cristina Antunes. Então foi aprovado por quatro a um. Item 4 da pauta. Apreciação e deliberação sobre a implantação de pontos de entrega voluntária, Ecoponto, Setor G, com a finalidade de recebimento voluntário de resíduos sólidos da construção e objetos volumosos da subprefeitura da Cidade Tiradentes, Subprefeitura CT, no valor de R\$ 233.647,00. O PA é 2014.0.136.763-8. O proponente é a Secretaria Municipal de Serviços - AMLURB. O valor é R\$ 233.647,64. Análise e avaliação da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Pública, AMLURB, solicita análise da proposta visando a implantação de ponto de entrega voluntária denominada Ecoponto G, localizada na Rua Afonso Asturaro com Rua Têxteis. A proposta vem acompanhada de ofício disponibilizando a área municipal pela subprefeitura da Cidade Tiradentes, sob folhas 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de Resolução SEMPLA/CTLU/103/2008. Sob folhas 31 a 43 consta o memorial descritivo, e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e no Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos de São Paulo. Em folhas 44 a 52 segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/03, relativa à ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. O enquadramento nas diretrizes e objetivos: a proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA, do CADES, em especial no artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, que determina, explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar planos, projetos e programas que visem, entre outros, a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. A proposta está amparada na meta da lei de mudanças climáticas, da lei número 14.933 de 2009. Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas. Segundo a Resolução 165/CADES/2014, de 11 de fevereiro de 2014, que trata das diretrizes anuais para a utilização dos recursos do FEMA nos termos do artigo 8, inciso 1, decreto 41.713 de 25/2/2002, observando que a presente proposta se enquadra nas diretrizes: apoiar a política de implantação de ecopontos de reciclagem, reutilização, redução de



resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: o custo para implantação do Ecoponto Setor G está baseado na tabela de EDIF sob folha 53. Está estimado em R\$ 233.647,64, com o cronograma de desembolso para o presente exercício. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Em votação. Bianca?

Cons. Bianca: Eu queria perguntar para a Salete, não deu tempo de perguntar, esse ecoponto, o nome dele é Setor G?

Salete: Bom dia a todos. É Setor G. Quem dá o nome aos ecopontos é a subprefeitura. Então, na hora que ela disponibiliza a área, ela já dá a sugestão do nome. Nós achamos difícil. Eu ia falar horrível, mas enfim... mas é Setor G.

Cons. Cristina Antunes: Não foi o nome que a prefeitura deu, Cavalcanti? Saiu errado.

Salete: Na verdade, como é dentro de um conjunto habitacional, é assim que os moradores identificam aquele setor do conjunto habitacional. Então, para a comunidade, Setor G é uma forma carinhosa e que tem uma identidade com o local. Nós, que somos de fora, é que não tem um nome. Fica Setor. Mas enfim, a gente respeita, porque vem da comunidade, mesmo.

Cons. Cristina Antunes: Salete... Aliás, na verdade, é para o Conselho todo. Quando os seus projetos foram aprovados lá no CADES, a gente comentou com o Savério que precisaria... seriam necessárias alterações nos procedimentos de gestão dos ecopontos. E foram em duas reuniões que isso aconteceu. Uma que ele veio aqui também. Acho que foi aqui. E ele se comprometeu a fazer uma reunião para a gente ver o que tinha avançado nesse esforço por mudar a gestão. Porque, eu vou repetir, do jeito que estão os ecopontos, não atende ao Plano Municipal de Resíduos Sólidos, e pelo contrário, quer dizer, sobrecarregam os aterros, e excluem a população de uma série de ações que poderiam ser feitas. Eu aprovei todos os projetos. Falei à época. Quer dizer, os projetos, vocês fizeram mágica. Mas teria muita dificuldade de aprovar, não só porque eu entendo que isso aqui deva sair de outro lugar, mas porque a gente não viu uma resposta do Savério com relação à mudança de gestão. Então aprovar ecopontos só para dizer que tem o equipamento, sem que a gestão seja adequada, me parece que é que nem montar um hospital e não botar médico e nem raios-X. Então eu precisaria desse retorno. Eu sei, a gente tem esperado a reunião. Ficou para depois da Copa. Tudo está para depois da Copa. Mas eu reitero aqui, que a gente precisa ter um retorno com relação aos procedimentos de gestão dos ecopontos. E eu sei, o contrato da SOMA vai até dezembro, mas até lá, ainda vai muito lixo para os aterros que não precisariam ter ido. E um ecoponto novo, eu entendo que só poderia ser aprovado mediante a garantia de uma nova gestão.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Faremos essa solicitação ao Silvano.

Cláudio: Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Temos um voto contrário, da Cristina Antunes. Então foi aprovado por quatro votos a um. O item 5 da pauta, apreciação e deliberação sobre a implantação do ponto de entrega voluntária Ecoponto Inácio Monteiro, com a finalidade de recebimento voluntário de resíduos da construção civil, e objetos volumosos na subprefeitura também, da Cidade Tiradentes. O valor é de R\$ 259.216,82. O PA é



2014.0.136.773-5. O proponente é a Secretaria Municipal de Serviços - AMLURB. O valor é R\$259.216,82. A análise e avaliação da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita análise da proposta, visando a implantação de ponto de entrega voluntária denominado Ecoponto Inácio Monteiro, localizado na Rua Cachoeira das Jangadas com a Rua Cachoeira Morena, e Rua Regresso Feliz. A proposta vem acompanhada do ofício disponibilizando a área municipal pela subprefeitura da Cidade Tiradentes, sobre folhas número 2 a número 3, dando formalidade à legislação vigente, que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA, CTLU 103/2008. Sob folhas de 31 a 49, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo. Em folhas 53 a 58, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA, realizada em 28/3/2014, relativa à ampliação dos Ecopontos da cidade de São Paulo. Item 2, enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, e do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, na legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos, estabelecidos pelo CADES. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial no artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, e determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destina-se, precipuamente, a apoiar planos, programas e projetos que visem, entre outros, a manutenção, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental. A proposta está amparada pela meta de lei de mudanças climáticas da lei 14.933 de 2009. O enquadramento nas estratégias de ação recomendadas: segundo a Resolução 165/CADES/ 2014, de 11 de fevereiro de 2014, que trata das diretrizes anuais para a utilização dos recursos do FEMA, no artigo 8, inciso 1, decreto 41.713, de 25/2/2002, observada que a presente proposta se enquadra nas diretrizes: A. apoio à política de implantação de ecopontos, de reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Análise econômica e orçamentária: o custo para implantação do ecoponto Cavalcanti está baseado pela tabela de EDIF, sob folha 59. Está estimado em R\$ 251.128,56, com cronograma de desembolso para o presente exercício. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão de Avaliação Técnica. Em votação. Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Dois comentários. A resolução SEMPLA que liberou... a resolução da CTLU que liberou esse terreno é de 2008. Tem algum motivo para isso ter demorado tanto tempo para chegar aqui?

Cláudio: Não, não. É uma legislação. É uma resolução que eles falam com os terrenos para ecoponto... Talvez a Salete pode te explicar até melhor.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vou aproveitar que a Maria Salete já tinha pedido para falar depois, então ela aproveita já faz a sua explanação, depois a gente vai à votação.

Salete: Maria Salete, sou da AMLURB. Na verdade, desde 2001, dentro da política, já se desenhando a nível nacional, se definiu o que seriam os ecopontos. E aí, eu queria aproveitar, principalmente para falar Cristina. Os ecopontos atendem a



pequenos volumes. Com a aprovação da política nacional de 2010, entra aí o compartilhado. Ou seja, a sociedade civil, não só o poder público é responsável pelos resíduos. Então esses projetos de ecopontos... eu acho que... cada vez mais, eu fico achando que aqui no FEMA é um dos projetos que mais se enquadra. Pela sociedade civil entra, quer dizer, dentro do Fundo, porque é uma responsabilidade compartilhada. A partir de 2010, a responsabilidade para resíduos sólidos é do gerador também. Não é do poder público. O poder público tem uma série de atividades baseadas em uma gestão. Em uma gestão integrada. Então na hora que a gente oferece, a nível nacional... surgiram essas ideias dos ecopontos, que você vai lá, como alternativa possível, viável, ambientalmente correta, é um avanço. Então isso é a resposta do ecoponto. Porque 2008. Foi aí, no compartilhado também, Secretaria de Serviços, e agora AMLURB, ela fica responsável de fazer os projetos. As subprefeituras ficam responsáveis de indicar as áreas. Então é uma gestão também, integrada, porque entendemos que a subprefeitura é que entende melhor aonde são os pontos em que tem maior demanda. Demanda da população. Para atender a população. Pequenos geradores. Aproveitando na questão da gestão... Não. Não foi esquecido. Tem avançado bastante. Nós estamos desenhando um novo edital. Dentro dessa questão da gestão compartilhada, então o que é o papel de gestão do resíduo que chega, qual o destino final mais correto. Acho que você vai se surpreender positivamente, quando tiver o convite, o Silvano retornar para poder apresentar.

Cons. Cristina Antunes: Eu não tenho a menor dúvida com relação aos projetos. Essa questão que eu levantei da CTLU. Eu só fiquei... Realmente é muito tempo para... Desde que o terreno está liberado. Desde que a área está liberada. Entendo que a CTLU... Foi para a CTLU porque era um caso omissivo na legislação. Mas a decisão, resolução, já é de 2008. Passaram-se 6 anos, pelo menos. Agora, com relação à gestão, eu preciso deixar claro aqui. Eu sou absolutamente a favor dos ecopontos. Aliás o nosso ecoponto lá em Santo Amaro foi um pedido da sociedade civil. E o que nos incomoda é que a gestão impede essa participação. Sabe, Salete? Então, na verdade, o desejo da comunidade é realmente contribuir, mas a gestão proíbe. Então todos os projetos que a gente poderia desenvolver e desenvolvemos aqui, com recurso do FEMA, para otimizar o espaço, hoje, estão impedidos pelo formato da gestão do ecoponto. Então eu considero que eu só poderia votar a favor de liberar esta verba agora mediante a segurança de que efetivamente, isso que você falou vai acontecer. Porque essa participação, essa corresponsabilidade está sendo impedida pelo contrato de gestão. Eu quero deixar bem claro, se tivesse já, o novo formato de gestão, eu... quando tiver, vou votar a favor de todos esses ecopontos. Espero que sejam construídos o mais rápido possível. Não tenho a menor dúvida de que isso daqui compete sim, o apoio do FEMA, para realização. Obrigada.

Cláudio: Em votação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O convite será feito, Cristina, de novo, ao Silvano.

Cons. Cristina Antunes: O Silvano realmente, na última reunião, me deu o telefone da secretária dele para a gente marcar, tal, só que não está rolando. É uma época complicada. Está todo mundo atrapalhado por conta do negócio da Copa. Mas eu realmente, para eu dar segurança, até um retorno para as entidades que eu



represento, eu preciso chegar lá e dizer: ó, gente, acabou esse inferno aqui no ecoponto. Vai mudar. Vai ficar assim. Do jeito que a gente possa trabalhar juntos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Nós vamos ajudar mediar esse ponto. Nós convidaremos ele.

Cons. Cristina Antunes: Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Votação.

Cláudio: Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Temos quatro votos a favor, um voto contra. Cristina Antunes, voto contra. Dando continuidade à pauta, apreciação e deliberação sobre o serviço de manejo e conservação dos parques do grupo Zilda Arns no valor de R\$ 976.385,77. O PA é 2013.0.091.780-2. O proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor R\$ 976.385,77, sendo R\$ 68.347,00 para o reajuste, e R\$ 882.001,80 para a prorrogação por seis meses. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques do grupo Zilda Arns, composto pelos parques Zilda Arns, Parque Linear Ipiranguinha, Área de Conservação do Parque Savoy City, cujo objeto inclui serviços de manejo existentes, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixos gerados pelos usuários, e limpeza, higiene dos sanitários públicos conforme especificações técnicas de folhas 13 a 32. Em folhas 825 a 826 do processo consta o despacho com autorização de prorrogação contratual, pelo prazo de seis meses, a contar de 22/1/2014. Conforme manifestação de DAF, de folhas 887, a presente proposta tem como objetivo, solicitar a utilização dos recursos do FEMA para suportar as despesas com a prorrogação contratual, e os devidos reajustes no montante de R\$ 776.385,77 sendo R\$ 882.001,80 para a prorrogação, e R\$ 68.347,00 para o reajuste contratual para o período de seis meses. Análise econômica e orçamentária da proposta: a Resolução 128/CONFEMA/2013, de 18/12/2013 encartada sob folhas 782 a 784, autorizou a prorrogação por seis meses. Conforme manifestação de DAF, de folhas 887, a presente proposta tem o objetivo de solicitar a utilização dos recursos do FEMA no montante de R\$ 976.385,77, sendo R\$ 68.347,00 para o reajuste, e R\$ 882.001,80 para a prorrogação por seis meses. Sob folhas de 878 a empresa concorda em renovar o contrato por mais seis meses. Foram encartados os orçamentos sob folhas de 879 a 884, onde há o endosso do DEPAVE 5 sob folhas 885 que a renovação contratual é economicamente vantajosa para a prefeitura de São Paulo/SVMA. Conclusão: com o exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, estabelecida pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria dos Negócios Jurídicos, que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 973.385,77, sendo R\$ 68.347,00 para o reajuste e R\$ 882.001,80 para a prorrogação por seis meses, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização dos recursos do FEMA. Assina a Comissão de Avaliação Técnica. Em votação. Os conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Está votando contra? Então Cristina Antunes. Aprovado por quatro votos a um. Voto contrário, Cristina Antunes.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Tem o último? Então está faltando aqui na minha pauta. Ficou faltando um aqui na minha pauta.



Secretário Executivo Rubens Borges: O item 9 é apreciação e deliberação... O item 9 da pauta, eu não sei se vocês estão com ela completa aí. Mas é apreciação e deliberação sobre readequação de parque do Parque Jacques Cousteau. Ele não tinha sido incluído porque ele estava classificado como serviço de manejo e conservação, e nós não teríamos recurso para isso. Mas depois, quando a gente fez a revisão do relatório, e a gente viu que era readequação de parque, para isso tem recurso disponível na dotação. Então a gente pede para incluir nesse momento. São obras. Então esse é importante, porque era uma obra que já vinha em andamento, e se não tiver recurso, a obra é obrigada a parar, então a gente pediu para incluir na pauta, nesse momento. Eu vou abrir o relatório, porque não sei se vocês têm ele aí. Provavelmente, não. Mas eu abro o relatório na tela.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O relatório só não está na pauta.

Cláudio: Apreciação e deliberação sobre a readequação do Parque Jacques Cousteau no valor de R\$ 202.393,88. O processo é o 2012.0.172.728-2. Proponente é a subprefeitura Capela do Socorro. O valor é de R\$ 202.393,88. Análise da proposta: enquadramento nas diretrizes e objetivos e princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, do Sistema Nacional de Meio Ambiente, SISNAMA, na legislação ambiental vigente, bem como das diretrizes prioridades e programas de alocação de recursos. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde do Meio Ambiente, SVMA, que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar o desenvolvimento de planos, programas e projetos que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais, e manutenção e recuperação da qualidade ambiental, de pesquisas e atividades ambientais, o controle, a fiscalização e a defesa do meio ambiente. Enquadramento na estratégia de ação recomendada: entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, que determina, explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente, a apoiar, entre outros, a manutenção, a melhoria, e a recuperação da qualidade ambiental. O CADES, no exercício das atribuições do artigo 32 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, nos artigos 6º e 5º do inciso 1, do decreto 52.153, de 28/2/2011, estabeleceu, entre outras diretrizes, para utilização dos recursos do FEMA por meio da resolução 165/CADES/2014. Expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação de parques urbanos lineares e naturais. Análise econômica: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G com relação à necessidade da utilização de recursos do FEMA visando a complementação dos recursos, no montante de R\$ 202.393,88 necessários para o término da obra, tendo em vista que a SVMA não dispõe de dotação FUNDURB. Com base no exposto no presente relatório, elaborado por DEPAVE sob folhas 517 e 517 verso, com anuência do diretor do departamento sob folha 518 a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora apresentada, cujo valor é de R\$ 202.393,88, visando o complemento dos recursos para finalização de



obra de readequação do Parque Linear Jacques Cousteau, iniciadas em 1/10/2012. Sendo assim, a CAV não identifica óbice quanto à utilização do recurso. Assina a Comissão Técnica de Avaliação.

Cons. Cristina Antunes: Eu queria pedir um esclarecimento sobre essa obra. Outra vez: o projeto é de 2012. O que é, exatamente, essa readequação? Nós aprovamos, há algum tempo, a abertura de uma via para atender lá no Parque Jaraguá. O Anhanguera, isso. Para atender, para viabilizar a operação. Era uma obra emergencial, mas que até agora não foi feita, também.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Guilherme, por gentileza. Passa o microfone para ele. Por gentileza, se identifique.

Guilherme: Guilherme, do DEPAVE G. O Jacques Cousteau, ele tem N problemas, porque ele é um vertedouro de água de chuvas, e ele tem diversos problemas em virtude disso. Eu não sei... Em DEPAVE 1, eles... Não só isso, mas tem uma adequação na estrutura do parque, também, que esse problema é geral do parque, ele tem que ser readequado. Eu não sei... A sua pergunta, eu não sei responder ela como você quer, porque teria que pegar um coordenador técnico de obras de DEPAVE 1, para explicar qual é a obra e porquê que ela tem que ser feita dessa maneira. A readequação ser feita desse jeito. Mas eu sei que o problema do parque é esse, e ele tem que ser readequado em virtude dessa demanda das águas pluviais e de N outros...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina Antunes. Depois da reunião vou lhe mostrar, inclusive, um assunto que eu vou falar com o Secretário. Nós vamos ter uma reunião aqui com a subprefeita da Capela do Socorro, que também vai entrar e ajudar, porque está acabando com o parque. É o parque onde tem o jacaré, a água está se escoando por causa da chuva. Está cedendo tudo. Então vai ter que ter obras de canalização, inclusive com a ajuda da subprefeitura.

Cons. Cristina Antunes: Eu estou perguntando justamente por isso, Luis. Porque eu entendo que isso daqui, na verdade, eu não sei exatamente qual vai ser a intervenção, mas foi... a intervenção que eu sei que é necessária lá, que poderia ter sido solicitada pela subprefeitura como demanda espontânea. Isso daqui, eu entendo que poderia ser considerada uma intervenção de emergência. Só que o processo é de 2012. Então essas emergências que demoram 2 **anos, eu fico meio espantada.**

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Justamente. Pela demora que não tinha verba, foi demorando, foi piorando, e hoje está em um estado que esse valor não vai...

Cons. Cristina Antunes: Não vai cobrir.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não vai resolver, nem melhorar o problema que nós temos hoje, lá. Então vai ter intervenção da sub, nós vamos pegar parceria, porque realmente senão vai... a...

Cons. Cristina Antunes: Eu sei como é que aquilo está.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A rua... Aquela avenida de cima está a ponto de ruir para dentro do parque.

Cons. Cristina Antunes: Eu entendo que é, realmente, uma obra de emergência, e eu espero que essa verba seja liberada com esse caráter. Isso aqui precisaria realmente sair rapidamente.

Cláudio: Só para esclarecimento, essa obra, ela demorou esse... foi um dos relatórios que eu participei, executando mais a fundo. Então, o que aconteceu? Ele



precisava de algumas licenças. E essa obra, ela começou pelo FUNDURB. É um outro fundo, que não tem mais. Então não tem mais recurso, não tem. Por isso que ele foi colocado aqui. Então, a demora na conclusão dessa obra é que eles começaram a fazer a obra, precisava de uma licença da CETESB, eles foram atrás da licença, e a obra teve várias paralisações justamente por causa disso. Cada hora era alguma coisa que tinha que estar sendo executada. O processo está à disposição, se quiser dar uma olhada, alguma coisa. Está com a gente aqui. Está à disposição. Esclareceu a dúvida? Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Terminando a ordem do dia, tem alguma... Pois não, Sônia.

Cons. Sônia: Eu gostaria de pedir para a nossa próxima reunião visto que, pelo que a gente ouviu aqui, hoje, a gente está utilizando nesses processos, os últimos 11 milhões que são uma sobra de uma... de processos que não foram efetivamente licitados, então que o recurso vai retornar para o FEMA. Eu gostaria que houvesse um posicionamento de SVMA sobre o segundo semestre de 2015, em dois aspectos. Um sobre as demandas que continuarão vir dos parques. Então a partir... Já que a gente não vai ter mais. Ou a gente vai ficar fazendo essa conta do que vai sobrar? Também eu gostaria de entender essa dinâmica, e se pudessem ser levantados os processos que serão cancelados, e que, portanto, a gente tem essa reserva dos 11 milhões, e os outros processos que já foram aprovados, se têm previstos novos projetos que serão cancelados, e eu gostaria também, de levantar aqui, a possibilidade de negociações de valores. Se SVMA está atento a isso. Porque foi falado aqui algumas vezes sobre como aumentou o valor dos serviços de manutenção e vigilância. Então eu gostaria de ter um posicionamento de SVMA sobre isso também. E gostaria também que fosse feito um levantamento dos processos que poderão ser assumidos por SVMA em 2015. Para a gente ter uma conta, mais ou menos de prevista, dos recursos que nós teremos do FEMA.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Antes de passar a palavra. Já está sendo preparado, pela chefe de gabinete, a atualização e uma listagem desses processos que nós pudermos também trazer aos senhores. A diretora de DAF G está presente. Ela está anotando e eu acredito que para a próxima reunião, ela já traga uma resposta para a Sônia.

Cons. Bianca: Só para informar, eu acho que é interessante, que assim: a gente está passando por um processo nesse momento, em relação à organização do próximo orçamento, que a gente tem que entregar dia 30 de setembro. Então a gente passa por uma série de processos. A gente, agora em SEMPLA, a gente está organizando os mapas de investimento, que são aquelas despesas típicas de investimento, aquelas despesas de capital, que a gente falava, e outro setor dentro de SEMPLA está organizando as despesas correntes. E dia 18 de julho vai abrir um sistema que a gente usa dentro da prefeitura, que é o SOF, que a gente orça as coisas que a gente acha que vai precisar para o ano que vem. Então, logo mais, a gente vai ter esse mapa completo, pelo menos uma previsão, do que a gente vai precisar de dinheiro em relação ao que a gente vai ter de recurso. E realmente, é uma preocupação nossa de SEMPLA, o aumento... Que na verdade, toda essa pressão em cima do FEMA acontece porque teve um aumento de 80% em cima dos contratos de manejo. Então o ano passado não se tinha previsto um aumento tão grande. E realmente, hoje é uma preocupação. A gente vai ter que ver como a gente



vai resolver isso. Se a gente pega de... A gente vai ter que aumentar, obviamente, o da Secretaria, mas só para deixar claro, que foi uma surpresa assim, meio que para todos. Foi uma situação emergencial. Porque realmente não se tinha. E agora a gente tem que lidar com essa concretude dessa despesa aumentada, que ela é um fato. E aí a gente está preocupado também, se planejando. A gente teve uma reunião com a chefe de gabinete, para ver como é que a gente lida com esse aumento. E a gente vai ter que incluir ela no orçamento da Secretaria com certeza, e ver como a gente lida com isso. Mas é uma preocupação muito grande, nossa. Esse aumento realmente nos assustou.

Cons. Sônia: É nesse sentido, inclusive, que eu gostaria de ter um posicionamento de SVMA sobre esses valores, porque na reunião passada, a gente verificou aqui os orçamentos das ciclovias, e os orçamentos de obras, eles têm valores, parâmetros que são utilizados. Existe uma tabela, que são parâmetros, tal. Para esses serviços de manuseio, pelo que eu estou entendendo, não existe parâmetro. Agora, para o serviço de segurança, deve existir parâmetro. Porque serviço de segurança é um serviço que é contratado por todas as Secretarias em todos os lugares. Então se existe um parâmetro, eu gostaria de saber se esses que estão sendo contratados estão dentro do parâmetro.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: DEPAVE, por gentileza.

Guilherme: Guilherme, DEPAVE G. É o seguinte: na vigilância, anualmente, o sindicato dos vigilantes junto com a associação, eles colocam em site, uma planilha de pressuposto homem/vigilância armada e desarmada. Então anualmente ele é atualizado, via **CADTERQ** que é o nome da planilha. E a manutenção das áreas verdes, ela é feita internamente, por processo também anual. Todo fevereiro de cada ano, ele é fechado. Então ele começa em fevereiro de 2014 e em fevereiro de 2015 vai sair as... em fevereiro de 2014, não. Ele começa um pouco depois. Ele vai do segundo semestre para a frente. E em fevereiro de 2015 os preços são atualizados. Eles foram atualizados em fevereiro de 2014, e assim consequentemente é feito. Então esse é um processo interno, para verificar vantajosidade, inclusive no parecer da CAV e no processo tem a vantajosidade da... Por que é que pode... tem que prorrogar, e não licitar um novo? Por que é vantajoso? Então é mais barato prorrogar do que licitar. E aí, por isso, a gente vincula esse processo à prorrogação. E na vigilância, a mesma coisa. Só que aí não vincula o processo. Vincula a tabela de vigilância.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Isso que você colocou, Bianca, imagino que seja o que o **gabinete** está fazendo também. Eu entendo... Não posso interferir nisso, óbvio, mas eu entendo que seria muito oportuno colocar com clareza quais são as atribuições previstas para a Secretaria, e quais seriam compatíveis com as atribuições do Fundo. Porque o CADES vai de novo aprovar no começo do ano, os recursos do Fundo, com... eu espero que com detalhamento um pouco mais preciso, Rubens. Porque é isso que a gente falou. Quer dizer, é um guarda-chuvão, qualquer coisa, você enfia ali. Até hidrovia, que foi um processo que... esse foi rejeitado. Então se já acabou essa parte, eu queria... o que eu pedi para colocar na pauta, sobre a informação dos recursos carimbados. Como é que estão.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Só lembrando, hidrovias, ele não foi rejeitado. Ele passou, mas com a colocação da Bianca, que era um projeto bom, mas não tínhamos dinheiro para fazer o projeto, que ele ficaria mais para frente, se



ele entrasse de novo em votação. Mas ele não foi rejeitado, a ocasião que ele passou.

Cons. Cristina Antunes: Virgem Maria. Eu entendi que tinha sido, porque naquele dia não foi aprovado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mas foi dito que nós não tínhamos dinheiro, e aí, até a Bianca fez a intervenção, dizendo que não era para o momento. Então ele ficou para frente. Não é que ele está aprovado, que nós aprovamos aquele dinheiro. Projetem-se... O dinheiro para o projeto não foi aprovado.

Cons. Cristina Antunes: Com mais razão ainda a gente precisa deixar muito claro o que cabe nisso daqui. Porque eu conversei... Inclusive pedi para o **Singer** vir um dia aqui, para falar sobre isso. Sobre essa questão. Essa é uma atribuição do Estado. Não é do Município. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sim. Naquele dia foi acatada a sua colocação.

Guilherme: Guilherme, DEPAVE G. Fazendo uma colocação aqui que eu acho pertinente. Que ela comentou de 80% de aumento da manutenção dos parques municipais. Muitos contratos... Porque cada contrato prevê manutenção de 5 parques municipais. E alguns deles, mais de 50%, não preveem equipamento para os parques municipais. Eles preveem a limpeza externa, a limpeza de banheiro, e normalmente, caçamba e corte de grama, roçagem de mato. Muitos administradores fizeram reclamações de que preciso cortar um eucalipto de 20, 30 metros de altura e não tenho equipamento. Eu preciso carregar galhos para outros lugares, eu não tenho caminhão. Eu preciso triturar galho para fazer composto, e eu não tenho triturador. Então, em virtude disso, o DEPAVE fez um levantamento, e, nesses contratos que não tinham isso, colocou-se esses equipamentos de acordo com o necessário. Não que eles vão ser usados. Porque se você tem uma chuva, aí cai um eucalipto, você tem que cortá-lo. Senão, ele fica lá. E aí, o valor, ele... aí o DAF que entende, mas o valor, ele é suspenso. Ele não é utilizado no contrato. E aí, ele vai ser reutilizado mais lá na frente. Em outros contratos aí. E uma meta de DEPAVE é colocar manutenção e vigilância em todos os parques municipais. São 106 parques... 106 ou 103 parques municipais.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não, Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Mas eu imagino que continue a posição de não abrir parques novos enquanto não tiver condição para isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sim. Isso permanece.

Cons. Cristina Antunes: Isso eu remeto à questão dos ecopontos. Enquanto não tiver dinheiro para garantir a manutenção, não faz sentido abrir nenhum ecoponto.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só respondendo à Cristina, com relação aos recursos carimbados. Os recursos carimbados, crédito de carbono, termos de compromisso ambiental, esses recursos que entram na conta do FEMA e que têm uma destinação específica por uma questão legal, eles permanecem na conta do FEMA. Então, por exemplo, não teve mais nenhum projeto iniciado com recursos de crédito de carbono porque não teve leilão de crédito de carbono, os recursos não entraram, e tal. Então o recurso que está lá hoje, ele permanece. E de compensações ambientais, a mesma coisa. Os recursos que estão entrando na conta corrente do FEMA por conta das compensações ambientais, eles só são utilizados quando existem projetos de compensação ambiental. Então esses projetos



de manejo, esses contratos que a gente está discutindo aqui no CONFEMA, eles não estão comprometendo os recursos que são recursos específicos. “Carimbados”.

Cons. Cristina Antunes: Então têm entrado projetos? Porque isso daí só pode ser feito por demanda espontânea. Quer dizer, a gente não tem edital para usar esses recursos. Têm entrado projetos de prefeituras, solicitando esses dinheiros carimbados?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Esse ano, não. Porque assim, de crédito de carbono não houve leilão, então não houve entrada de recursos. E dos TCAs, normalmente a iniciativa é do governo, porque como se trata de uma compensação ambiental, e o recurso é depositado na conta do FEMA, então, depois, a prefeitura é que vai destinar qual vai ser a compensação que vai utilizar aquele recurso. Então essa demanda não vem de fora. É uma demanda interna, no caso dos TCAs.

Cons. Cristina Antunes: Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, senhores conselheiros e conselheiras, demais ouvintes, obrigado por terem vindo. E damos por encerrada a 91ª Reunião Plenária Ordinária, dia 27/6, às 11h33. Obrigado a todos. Bom dia.